



Governador confirmou ontem a retirada de projeto que elevaria a alíquota básica do tributo

## Piratini decide atenuar os cortes de benefícios

**ANDERSON AIRES**

anderson.aires@zerohora.com.br

O governo do Rio Grande do Sul confirmou ontem a retirada do projeto que previa o aumento da alíquota geral do ICMS de 17% para 19%. Com isso, os decretos com redução de benefícios fiscais, publicados em dezembro do ano passado, entram em vigor a partir de hoje.

Diante da forte resistência aos cortes de incentivos, o governo decidiu atenuar os decretos. As principais alterações envolvem o adiamento das mudanças nas regras do Fator de Ajuste de Fruição (FAF) e da retirada da isenção sobre alguns alimentos que compõem a cesta básica (*leia mais abaixo*).

Na primeira versão dos decretos, que entrariam em vigor em 1º de abril, a projeção do governo apontava para aumento de receita de cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2024. Com os ajustes confirmados ontem, o valor ficará em cerca de R\$ 800 milhões, segundo a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana.

Conforme ela, a redução na projeção de arrecadação pode impactar no planejamento de despesas, mas os aportes em áreas essenciais não serão afetados.

– O que a gente chama de investimento incremental, aquele que vai além da simples conservação, manutenção, mas sim a expansão, uma série de coisas de infraestrutura ficam infelizmente postergadas – ponderou.

Ao confirmar a retirada do projeto do ICMS, o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, afirmou que não existe ambiente político para seguir com a pauta.

– Diante das manifestações públicas que tivemos de algumas bancadas na Assembleia Legislativa, que não têm ainda a compreensão suficiente de que isso seja efetivamente o caminho mais adequado para esta realidade, então, estamos anunciando hoje (*ontem*) a retirada do projeto de lei – disse Lemos.

No ano passado, o governo já havia tentando aprovar aumento da alíquota geral de 17% para 19,5%, mas também teve que recuar por falta de apoio. O corte de benefícios foi o “plano B” para reequilibrar as contas.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Seção:** Após revés no ICMS **Página:** 7